



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

SAMUEL SANTILE COSTA

Mercosul: As Históricas Tentativas de Fazer da América Latina um Bloco
Econômico

Assis/ SP

2011

SAMUEL SANTILE COSTA

**MERCOSUL: AS HISTÓRICAS TENTATIVAS DE FAZER DA AMÉRICA
LATINA UM BLOCO ECONÔMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
de administração de empresas
apresentado ao Instituto
Municipal de Ensino Superior de
Assis, como requisito do Curso
de bacharelado em
administração.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Assis
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

COSTA, Samuel Santile

MERCOSUL: AS Históricas Tentativas de Fazer da América Latina um Bloco Econômico /Samuel Santile Costa. Fundação Educacional do Município de Assis – Fema – Assis, 2011.

52p.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

1. MERCOSUL 2. Blocos Econômicos 3. Integração Econômica.

CDD: 658

Biblioteca da FEMA.

Mercosul: As Históricas Tentativas de Fazer da América Latina um Bloco Econômico

SAMUEL SANTILE COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso de administração de empresas apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de bacharelado em administração, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti.

Analisador: Prof^a. Ms. Sarah Rabelo de Souza

Assis

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, minha esposa que soube ter paciência nos momentos mais difíceis, minha irmã que muito me ajudou nesta jornada, meus sobrinhos, minha mãe que lutou e sofreu junto comigo.

Mas em especial dedico ao meu pai, meu herói, que tem sido a minha fonte de força, sabedoria, paciência, garra, fé; Deu-me apoio incondicional nesta etapa dura da minha vida.

Pois sem essas ajudas e compreensões seria impossível ter chegado até aqui e conseguido realizar este sonho.

Obrigado, Deus vos abençoe grandemente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me prometeu que seria comigo em tudo, até mesmo quando testou minha fé, mas me ensinou que com fé conseguimos vencer qualquer prova seja ela material ou espiritual.

Ao professor e orientador Dr. Reynaldo Campanatti pela dedicação nas orientações e principalmente por ter me escutado e me orientado em momentos adversos de minha vida, Campanatti não tenho palavras para te agradecer.

Aos amigos, Gabriel Marega, Jordane, Gabriel Rodrigues, Eduardo, Guilherme Augusto, Jairo, Tozoni, Camila Nucci, Michel, Luiz Felipe, e a todos, pois fomos colocados num mesmo caminho, agora chegou à hora de cada um seguir o seu rumo, uma nova estrada, mas tenham certeza que jamais me esquecerei de vocês, pois tivemos ótimos momentos juntos nestes quatro anos, lembrarei sempre com muito carinho de cada um.

Agradeço muito pelos familiares aos quais me faltam palavras para expressar minhas gratidões.

E novamente agradeço a Deus por me proporcionar mais essa vitória, pois muitos queriam a minha derrota, mais são mais os que estão comigo do que os que são contra mim.

Cântico de vitória: Deus é por nós.

Que diremos, pois estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que nem seu próprio filho poupou, antes o entregou por amor de todos nós, como nos não dará com ele todas as coisas. Rm 8:31, 32

O Senhor é meu Pastor e Nada me Faltará.

Salmo 23

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como foco mostrar as tentativas de integração dos países da América Latina, a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), sua evolução e benefícios gerados aos quatro países membros.

Partimos então da necessidade da sociedade global de ter a fusão dos blocos econômicos, para então entendermos o porquê dos países Latinos Americanos estarem tentando por diversas vezes uma integração econômica, até que chegamos em 1991 com a formação do Mercosul. Nesse mesmo contexto mostraremos a evolução do Mercosul durante essas duas décadas de existência, as crises monetárias e os jogos políticos de interesse dos países membros.

Palavras-Chaves: Mercosul; Bloco Econômico; Integração Econômica.

ABSTRACT

This study aims at showing attempts of integrating countries of Latin America and the formation of Mercado Comum do Sul (Mercosul) as well as its evolution and the benefits provided to the four member countries.

We start from the necessity of the global society of having the gathering of economical groups. So that we can understand the reasons why the Latin American countries have been trying to reach an economic integration. Then we had the formation of Mercosul in 1991. In this context, we show the evolution of Mercosul during these two decades of existence, the monetary crisis and the political attitudes which express the interests of the member countries.

Keywords: Mercosul; economical groups, economical integration

RESUMEN

En este artículo se centra en los intentos para mostrar la integración de los países de América Latina, la formación del Mercado Común del Sur (Mercosur), su evolución y los beneficios generados a los cuatro países miembros.

Hemos creado la sociedad global de la necesidad de contar con la fusión de los bloques económicos, y entender por qué los países de América Latina están tratando de una integración económica en varias ocasiones hasta llegar en 1991 con la formación del Mercosur. En este mismo contexto, se muestra la evolución del Mercosur durante estas dos décadas, las crisis monetarias y los juegos políticos de los intereses de los países miembros.

Palabras clave: Mercosur, Bloque Econimía, Integración Económica.

Lista de Abreviaturas

ALADI	Associação Latino - Americana de Integração
ALALC	Associação Latino – Americano de Livre Comércio
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CMC	Conselho do Mercado Comum
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
FCES	Foro Consultivo Econômico-Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GMC	Grupo Mercado Comum
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização Nações Unidas
POP	Protocolo de Ouro Preto
SAM	Secretaria Administrativa do Mercosul
Tratado A.B. C	Argentina, Brasil, Chile.
U.E	União Européia

Lista de Quadros

Quadro 1: Indicadores Econômicos – Argentina – 2004 a 2010.....	44
Quadro 2: Indicadores Econômicos – Brasil – 2004 a 2010.....	45
Quadro 3: Indicadores Econômicos – Paraguai – 2004 a 2010	45
Quadro 4: Indicadores Econômicos – Uruguai – 2004 a 2010.....	46

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. O SURGIMENTO DOS BLOCOS ECONÔMICOS E SEUS BENEFÍCIOS À SOCIEDADE	15
2.1 TEORIA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	21
3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MERCOSUL	28
3.1 O SURGIMENTO DO MERCOSUL.....	33
4. MERCOSUL, SUAS EVOLUÇÕES E CRISE	40
5. CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve como objetivo e foco principal, mostrar a evolução das tentativas de integração dos países da América Latina, a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), sua evolução, seus benefícios gerado aos quatros países membros.

Partimos então de como se dá a formação dos Blocos Econômicos, para então entendermos o porquê dos países latinos americanos estarem tentando por várias vezes uma Integração Econômica. A formação dos blocos econômicos tem como objetivo promover a aproximação e a união das economias de dois ou mais países de acordo com o interesse comum, a necessidade dos países de se tornarem mais fortes para a competição no mercado internacional exige a participação ativa do comércio exterior, sendo que dessa forma as economias não tendem a se isolarem.

Nesse mesmo contexto mostramos as evoluções das históricas tentativas de integração até que chegamos ao Mercosul; as fazes de integração econômica também é mostrada nesta monografia, onde se explica as vantagens de um bloco econômico. A partir da formação do Mercosul, a pesquisa mostrou entre os quatros países membros do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, a evolução econômica usando como variáveis de comparação o PIB Nominal, o crescimento real do PIB, e a Taxa de Inflação (preço ao consumidor).

A pesquisa mostra um lado mais delicado do Mercosul, onde políticos utilizam-se da fragilidade da concepção liberal da integração para dizerem que o Mercosul esta em crise, ou ainda que estivesse “agonizando”, sendo que a verdade é outra.

O Mercosul passou sim por fortes crises econômicas como a crise monetária brasileira de 1999, mas a suportou e a venceu gerando crescimentos econômicos e benefícios para seus Estados Partes, esclarecendo então que a crise do Mercosul não passa de jogos políticos para ganhar votos de eleitores menos preparados.

2. O SURGIMENTO DOS BLOCOS ECONÔMICOS E SEUS BENEFÍCIOS À SOCIEDADE

Para que possamos entender as grandes tentativas de integração econômica da América Latina a necessidade do surgimento de em bloco econômico até a concretização do Mercosul analisamos então as seguintes questões: O que são blocos econômicos? E de onde se derivou o seu surgimento? Para respondermos a essas questões concordaremos com alguns autores que dizem que os blocos econômicos são associações de países, em geral de uma mesma região geográfica que estabelece relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional. Um dos aspectos mais importantes na formação dos blocos econômicos é a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio com isso os blocos aumentam a interdependência das economias dos países membros. O surgimento dos blocos econômicos derivou-se de uma prática de integrações entre nações muito antigas e veio se intensificar após a segunda guerra mundial, e que sua formação deriva-se dos diferentes ciclos sociais e econômicos, como o progresso da tecnologia experimentado pela sociedade contemporânea, e a rápida internacionalização dos mercados em tempos recentes e com o contexto da globalização em alta, faz com que a estrutura da economia mundial se modifique cada vez mais com o avanço da globalização das áreas produtivas, de capitais tecnológicos e de serviços.

Silva (2000, p. 225), afirma que.

Embora a prática de integração entre nações independentes seja prática muito antiga, intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial em parte porque o período precedente havia sido marcado pelo excesso de protecionismo, com conseqüência desastrosa para todos.

Klunzler (2001, p. 37), afirma que:

A internacionalização da economia mundial é uma realidade. O dinamismo de forças econômicas está ultrapassando as fronteiras nacionais. As expectativas de liberdade, democracia e comércio ampliam-se para os povos ligados na “onda da informação”. Conhecer este processo de globalização da economia constitui-se, sem dúvida, em uma condição para a inserção das economias dos países no contexto mundial.

Com a interdependência dos países as economias se tornam regionalistas fazendo com que surjam os blocos econômicos, que se derivam desses agrupamentos conforme seus espaços geográficos.

E ainda sobre a globalização Vieira (1997, apud, Klunzler p. 39) comenta:

A globalização implica uma nova configuração especial da economia mundial como resultados de velhos e novos elementos de internacionalização e integração. Se expressa também na difusão de padrões de organizações econômica e social, consumo, vida, cultura ou pensamento.

Segundo Vieira (1997, apud, Klunzler p.38) nos mostra que:

As novas forças que operam na atual ordem mundial reduzem os espaços do Estado-Nação, obrigando a reformulação de seus projetos nacionais, buscando proteger-se, formando blocos geopolíticos e celebrando acordos sob controle de organizações,

É necessário entendermos que as profundas transformações então ocorridas na economia mundial fizeram com que houvesse o surgimento dos blocos econômicos onde os mesmos estão entrelaçados com o surgimento e crescimento da globalização. Mas afinal, o que é globalização?

Não existe uma única resposta para essa pergunta. De acordo com alguns autores, globalização define uma nova era na história da humanidade.

Como nos mostra Silva (2000, p. 244).

Os mais entusiastas acreditam que a globalização define uma nova era na história da humanidade, em que a interdependência entre os povos será tão completa que as fronteiras nacionais não vão mais existir.

O primeiro bloco econômico aparece na Europa em 1957 formada pela Comunidade Econômica Européia (CEE) que, em 1993, veio se tornar a atual União Européia. Mas a tendência de regionalização da economia só vem a se fortalecer na década de 90 com o desaparecimento dos dois grandes blocos da guerra fria liderados então por Estados Unidos e a antiga União Soviética onde estimula então as zonas independentes de livre comércio, um dos aspectos de globalização, após isso surgem os blocos econômicos mais conhecidos: União Européia (UE) Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), Comunidade dos Estados Independentes (CEI), Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC).

Como benefícios trazidos à população por intermédio dos blocos econômicos têm a evolução do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criado em 1947, onde havia um conjunto de normas e concessões tarifárias criados com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas e regulares provisoriamente as relações comerciais internacionais, tendo em vista a harmonização das políticas aduaneiras dos estados signatários, para a atual OMC (Organização Mundial do Comércio), que trata das regras sobre o comércio entre as nações, onde seus membros negociam e assinam acordos que posteriormente são ratificados pelo parlamento de cada nação e passam a regular o comércio internacional, aonde a mesma vem proporcionando aumento no volume deste

mesmo comércio por meio da redução geral das barreiras alfandegárias. Juntando isso ao fortalecimento dos blocos econômicos que buscam manter maiores privilégios aos países membros, podemos dizer que os benefícios à população tende a ser grande, porque em alguns casos a má gestão política econômica não permite a população desfrutar dos mesmos.

Como nos mostra Klunzler (2002, p. 73 e 74).

A OMC tem maior peso do que o GATT, pois é uma base institucional permanente, com o mesmo status do FMI e o Bird. O velho acordo geral sofreu uma mudança muito importante, e esta apto a responder às ameaças de invalidação das regras do comércio internacional.

A OMC tem, basicamente, quatro funções.

1. Facilitar a implementação, administração e operação dos acordos da Rodada Uruguai.
2. Prover um foro de negociação entre os Estados-membros para o estabelecimento ou modificação de acordo multilaterais de comércio.
3. Administrar o entendimento sobre regras e procedimentos relativos à solução de controvérsias.
4. Administrar o mecanismo de exame de políticas comerciais.

Nesse mesmo contexto de benefícios gerado aos países membros de blocos econômicos pela evolução do GATT para a OMC, Klunzler, (2002 p. 75) afirma:

O crescente consenso global sobre os benefícios de um comércio mais liberal e de uma ampliação do mercado internacional reflete-se no grande e crescente número de membros da OMC, que exige deles a garantia de não discriminação geral nas suas políticas de comércio e de transparência nas suas normas e procedimento de execução.

Com a evolução do GATT para o OMC, gera-se uma maior segurança no decorrer das negociações seja ela entre nações e nações ou blocos econômicos e nações.

O bloco econômico Mercosul é fruto de varias tentativas de integração na região do cone sul, que começaram por volta de 1783 com o General venezuelano Simon Bolívar; Mais tarde, em 1915, houveram o primeiro tratado ABC (acordo multilateral entre Argentina, Brasil e Chile), em 1948 a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), em 1960 com a Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em 1980 a Alalc dá lugar a Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), até chegarmos em 26/03/1991 com o Tratado de Assunção que constituiu o Mercosul. Poucos analistas questionaram os seus êxitos que foram grandes e muito benéficos à região do cone sul em relação aos demais programas e mecanismos de integração pré-Mercosul.

Como nos mostra Machado (2000, p. 13).

Poucos analistas questionaram os êxitos alcançados pelo processo de integração do Mercosul, apesar de sua curta existência. Diferentemente dos demais programas mecanismos de integração comercial concedido na América Latina a partir da década de 60, o Mercosul logrou ampliar o fluxo comercial entre os países e, conseqüentemente, o grau de integração entre as economias da Região. Com efeito, o fato marcante desse processo é o crescimento significativo do fluxo do comércio intra-regional, que saltou de US\$4,1 bilhões em 1990 para US\$ 20,3 bilhões em 1997.

Com esse progresso, o Mercosul alcançou suas tão desejáveis conseqüências como “Ampliação do mercado, aumento da eficiência alocativa, maior integração e complementaridade entre as estruturas produtivas nacionais, redução de custos, maior diversidade de produtos e aumento de bem-estar”, assim citados por Machado (2000 p 13).

Observando e analisando todas essas tentativas de integração percebemos que tudo começou pela Europa que, após ter passado pelas duas Grandes Guerras e ter ficado praticamente toda arrasada, a Europa firmou um propósito de garantir a paz por intermédio de integração, surgindo assim a atual União Européia, havia ainda, após a Guerra uma preocupação, pois o mundo era polarizado entre Estados Unidos e a antiga União Soviética. E essa prática de tentar conseguir paz por

intermédio de integração econômica foi acompanhada por algumas regiões do mundo, principalmente pelo continente Americano.

Como nos mostra Silva (2000 p. 226)

Mesmo se motivada por questões políticas, os maiores avanços da integração europeia ocorreram no campo econômico e seu aparente sucesso contribuiu para disseminar essa prática no mundo todo. A América Latina também aderiu à ideia, se bem que com um propósito protecionista. A intenção da Cepal (Comissão Econômica para América Latina) era estimular a industrialização para substituir importações. A crença em que o esforço conjunto dos países teria a capacidade de ampliar o mercado levou à criação da Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), primeira experiência latino-americana de integração, sucedida pela Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) e pelo hoje Mercosul (Mercado Comum do Sul).

Entre as várias tentativas de integração econômicas que deram origem ao Mercosul podemos enfatizar melhor as duas que foram as principais: a Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e a Aladi (Associação Latino-Americana de Integração).

Machado (2000 p. 59 e 61) nos esclarece um pouco mais sobre essas duas tentativas,

A origem do Mercado Comum do Sul (Mercosul) remonta à criação, em 1960, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). A Alalc, que congregava os países da América do Sul (à exceção das Guianas) e o México, tinha como objetivo a instituição de uma área de livre comércio no prazo de 12 anos, por intermédio da qual se pretendia estimular a diversificação da estrutura industrial dos países.

A criação da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) em 1980 dá lugar a uma ampla revisão dos princípios que haviam regido o processo de integração desde a criação da Alalc. O tratado de Montevideu, que instituiu a Aladi, define uma nova concepção para o processo de integração na região. Confere aos Estados membros ampla liberdade na formulação de duas políticas comerciais e maior flexibilidade para a celebração de acordos bilaterais ou entre grupos de países, em detrimento da definição de regras rígidas para o uso de mecanismos

multilaterais, cuja aplicação no âmbito da extinta Alalc havia apresentado resultados poucos satisfatórios em relação aos objetivos de longo prazo de estabelecimento de um mercado latino-americano integrado.

Mas ao citarmos as duas tentativas de integração acima não podemos deixar de citar também a Cepal (Comissão Econômica para América Latina). Para Larrañaga (2002 p. 40), “A Comissão Econômica para América Latina (Cepal) esteve sempre envolvida no estudo e na preparação de programas de desenvolvimento. Numa primeira etapa se preocupa com a assistência aos governos na forma de projetos, planejamento e gestão e posteriormente entrou decididamente nas questões de integração e desenvolvimento.” Ele defende ainda que, “No período 1946/60 a Cepal defendia a condução deliberada do desenvolvimento através da ação estatal, sendo um instrumento para isso a industrialização substitutiva dos produtos demandados nas diferentes sociedades em desenvolvimento. Na década de. 60, a Cepal promovia reformas de base para viabilizar o desenvolvimento, com ênfase na reforma agrária e na distribuição de renda”.

2.1 TEORIA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.

Para que surjam então os blocos econômicos tem que haver os processos de integração. A teoria da integração ou as fases da integração econômica são definidas como o processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre dois ou mais países. Sendo as fronteiras econômicas obstáculos ao fluxo de mercadorias, serviços e fatores de produção entre países, ela terá uma regulamentação local e outros elementos internos que operam em geral como os principais determinantes dos preços das mercadorias, serviços no âmbito de mercado nacional. Machado (2000) afirma que o objetivo primordial dos processos de integração consiste na criação de mercados maiores, tomando como base a sugestão clássica de que os mercados maiores operam de forma mais eficiente do

que os menores, e que “mercados internos” maiores funcionam de maneira mais eficiente do que mercados menores.

No intuito de tentarmos entender todo esse movimento e alocação de esforços dos países em obter êxito em processo de integração, Machado (2000) nos responde que, com a integração, os países conseguem extrair vantagens ou ainda determinar benefícios que fora da integração não conseguiram alcançar.

Machado (2000 p. 20) ainda nos mostra que

O engajamento dos países em processos de integração responde a diversas motivações. Como extrair vantagens de um processo ou como auferir determinados benefícios que um país não conseguiria alcançar isoladamente? A ampliação do mercado, por meio de eliminação de obstáculos ao fluxo de mercadorias, serviços e fatores de produção, deveria proporcionar não só melhor alocação de recursos como um incremento da concorrência, o que significaria preços mais baixos, melhoria da qualidade dos produtos e aumento da produtividade dos fatores da produção.

Nesse mesmo contexto Machado (2000) ainda nos explica que, embora se estejam discutindo a natureza e as formas de integração econômicas, nunca é demais salientar que tal processo não envolve apenas a integração dos mercados no sentido puramente econômico. No mundo real, a integração econômica é também um processo político; envolvendo agentes sociais distintos, afeta a abrangência e condiciona a gestão das políticas nacionais.

Machado (2000, p. 21 e 22), afirma que:

A teoria da integração é composta por sete fases:

A Zona Preferencial do Comércio: (ou acordo de cooperação comercial), caracteriza-se pela eliminação das barreiras alfandegárias em geral.

A Zona de Livre Comércio: caracteriza-se pela eliminação de tarifas aduaneiras e outras restrições ao comércio entre os países.

União Aduaneira: caracteriza-se pela ausência de barreiras ao comércio entre os países participantes.

Mercado Comum: caracteriza-se pela supressão de barreiras ao intercâmbio de mercadorias e fatores de produção.

União Econômica: caracteriza-se pelo estabelecimento de uma autoridade supranacional que vela pela aplicação das políticas comuns.

Integração Econômica Total: caracteriza-se pela criação de uma moeda única e de um banco central regional independente.

União Política: caracteriza-se pela instituição de uma federação de Estados com autoridade políticas unificada.

Concordando com Machado, Silva (2000 p. 226) nos mostra que:

Há diversos tipos de integração econômica, que podem ser classificados segundo um grau crescente de interdependência, da seguinte maneira:

- Zona de Livre Comércio: países sócios concordam em eliminar as barreiras sobre o comércio recíproco, mas mantêm políticas comerciais independentes em relação aos demais;
- União Aduaneira: além da eliminação recíproca das barreiras sobre comércios, os sócios passam a adotar uma política comercial uniforme em relação aos demais países;
- Mercado Comum: a liberdade de deslocamento não se restringe aos produtos, mas abrange também os fatores de produção (capital e mão de obra), e a política comercial é uniforme em relação a países não-membros;
- União Econômica: os acordos não se limitam aos movimentos de bens, serviços e fatores de produção, mas buscam harmonizar políticas econômicas para que os agentes possam operar sob condições semelhantes nos países constituintes do bloco econômico;
- Integração Econômica Total: essa fase implica livre deslocamento de bens, serviços e fatores de produção, além de completa igualdade de condições para os agentes econômicos, pois o acordo prevê idênticas políticas econômicas e sociais administradas por autoridades supranacionais.

Com isso podemos observar que Silva (2000) utiliza uma forma mais simplificada de integração do que Machado, porém, o resultado final e os objetivos são os mesmos.

Sendo que o Mercosul apesar de ser considerado atualmente uns dos mais importantes blocos econômicos, por ter apresentado um rápido avanço de 1991 a 1998 não conseguiu concluir todas as fases de integração, pois teve uma lentidão no avanço de alguns dos instrumentos estabelecido no tratado de Assunção, como é o caso da coordenação política macro econômico entre os membros e a implantação de uma tarifa externa comum, que contribuíram para a crise política e econômica gerada após esse período, como nos mostra Larrañaga (2002). O Mercosul, no momento, se enquadra na categoria “união aduaneira”, apesar de incompleta por ainda existirem exceções à Tarifa Externa Comum (TEC): Analisando todos esses dados, podemos afirmar que o único bloco econômico a alcançar êxito em todas as fases de integração foi e é a União Européia.

Como podemos observar acima as setes ou cinco fases de uma integração econômica a Teoria Clássica da Integração Econômica nos mostras os objetivos, impactos e benefícios gerados por um processo de integração.

E quem nos mostra isso é Machado (2000 p. 24 e 26)

O objetivo analítico da teoria de integração está basicamente restrito ao estudo dos impactos da formação de uniões aduaneiras ou mercados comuns sobre o bem-estar econômico. Não constitui objeto da teoria o estudo dos efeitos gerados pela integração econômica sobre o nível de atividades, o balanço de pagamento ou a taxa de inflação, e tampouco o exame dos problemas relacionados com a harmonização de políticas em espaços econômicos integrados.

Os impactos sobre o bem-estar gerado pela integração econômica podem decorrer de um número significativo de fatores: a especialização da produção de acordo com as vantagens comparativas de cada país, o que constitui o caso clássico de ganhos derivados do comércio analisados com base na teoria das vantagens comparativas, o surgimento e a capacidade de aproveitamento de economias de escala, as alterações nos termos de troca, os ganhos de eficiência resultantes do incremento da competição, e as mudanças na taxa de crescimento do produto. Os fatores que constituem o principal objetivo da teoria da integração.

Os benefícios pelo processo de integração dependeriam da magnitude do efeito “criação de comércio”, enquanto seus custos estariam associados à magnitude do efeito “desvio de comércio”, não existindo a priori meios que permitam identificar qual dos dois efeitos deve prevalecer. As noções de criação e desvio de comércio podem ser apresentadas utilizando-se um

modelo de comércio com três países($AB < C$) que comercializam um bem específico trigo, por exemplo.

Para que possamos entender mais sobre esses benefícios Machado (2000 p. 26), no quadro 1.1, nos exemplifica uma criação de desvio de comércio:

País	A	B	C
Preço do trigo(US\$/t)	140	110	90
Imposto de importação	60%	30%	0%
Custo de internação para o trigo importado(proveniente do país c)	144	117	-
União Aduaneira	A+B		
Criação de comércio	Substituição da oferta de trigo do país "A" pela importação de trigo proveniente do país "B"		
Desvio de comércio	Substituição da importação de trigo proveniente do país "C" pela importação do país "B"		

Se os países "A" e "B" decidirem estabelecer entre eles uma união aduaneira, parte ou totalidade dos recursos domésticos de "A" empregados na produção de trigo serão deslocado para a produção de outros bens, como resultados da substituição da produção local de trigo pela importação mais barata proveniente de "B". Quando forem eliminadas as barreiras alfandegárias entre "A" e "B" ocorrerá a "criação de comércio", pois parte ou a totalidade da produção de trigo do país "A" será substituída pela oferta de trigo produzido pelo país "B". Neste caso o aumento de bem-estar decorre tanto dos impactos em termos da melhoria na alocação de recursos, como a do aumento do excedente do consumidor resultante da redução do preço do trigo. O efeito "desvio de comércio" é resultado do deslocamento da oferta do resto do mundo (no caso acima, do país "C") que apresenta custo de produção menores do que os do país "B".

Ainda nesse mesmo contexto de criação de desvio de comércio Silva (2000 p. 229) nos esclarece esses conceitos por intermédio de um exemplo acompanhado também por um quadro, o 1.2.

Partiremos de um exemplo numérico hipotético bem simples, com apenas três países: Argentina, Brasil, Resto do mundo. Se uma mercadoria qualquer (trigo) tiver preço R\$100,00 no Brasil, R\$84,00 na Argentina e R\$72,00 no resto do mundo, podemos concluir que o Brasil tem uma menor eficiência econômica de todos (custo unitário mais elevado). Se houvesse plena liberdade de comércio, seríamos importadores desse produto e, naturalmente, o fornecimento seria procedente do Resto do mundo, onde o preço é mais baixo.

Preços em Reais	Brasil	Argentina	Resto do mundo
Livre Comércio	100	84	72
Tarifa de 50%	100	126	108
Tarifa de 25%	100	105	90

Imagine que, para proteger o produto nacional, o governo brasileiro imponha tarifas de 50% sobre a importação, alíquota proibitiva, pois torna o produto estrangeiro mais caro que o brasileiro. Se for cobrado sobre as importações de qualquer procedência, temos que pagar R\$126,00 pelo produto argentino e R\$108,00 se comprarmos do resto do mundo. Como o produto doméstico vende por R\$100,00, consumimos nossa própria produção, apesar de ser menos eficiente.

Como existe o Mercosul, que remove as barreiras alfandegárias entre Brasil e Argentina, cujo produtor é mais eficiente que o brasileiro, passa a importar daquele ao preço de (R\$ 84,00) inferior ao que se pararia internamente (R\$100,00) O Brasil Beneficia-se e, nesse caso, a integração promove a criação de comércio, pois a produção doméstica menos eficiente é substituída pela importação procedente de um parceiro comercial que se torna mais barata devido à ausência de barreiras.

Se a tarifa fosse de 25% o resultado seria distinto. Essa alíquota tornaria o preço nacional (R\$100,00) maior que a do resto do mundo(R\$ 90,00), mas menor do que o da Argentina (R\$105,00) Se a barreira tarifária fosse cobrada sobre qualquer importação, o Brasil importaria do resto do mundo. No entanto, a liberdade de comércio entre Brasil e Argentina torna o preço do produto argentino (R\$84,00) mais conveniente para o consumidor brasileiro, que importa da Argentina e não mais do resto do mundo.

Neste capítulo mostramos a formação dos blocos econômicos e a evolução da economia internacional contemporânea, mais especificamente a criação, o surgimento desses blocos econômicos regionais. Mostramos que os países que fazem parte desses blocos são nações independentes e que procuram integrar-se por meios de tratados internacionais, sejam eles bilaterais ou multilaterais, para que

assim então fiquem mais protegidos na hora de negociar suas mercadorias e também não fiquem em desvantagens em relação aos países já integrados.

Mostramos também que há diversos tipos de integração seja ela com sete fases ou cinco dependendo do autor, são elas: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total. Mostramos que o único bloco econômico a atingir, ou melhor, a concluir todas as etapas de integração é a União Européia, e que o Mercosul apesar de ser reconhecido como um dos mais importantes entre os blocos econômicos ainda está patinando e se encontra ainda na segunda fase a união aduaneira.

Acreditávamos que a integração contribuía para gerar ganhos do comércio e conseqüentemente o bem-estar, no entanto Machado (2000) e Silva (2000) em seus quadros de desvio de comércio nos mostraram que existe possibilidade de saldo líquido negativo em decorrência de uma manutenção protecionista em relação aos países não signatários de um acordo de integração.

Com esses dois quadros e o ponto de vista dos dois autores podemos concluir que hoje com a globalização é muito mais vantajoso fazer parte de um bloco econômico do que tentar fazer negociações sozinho. Pois isenções de tarifas fazem com que o produto chegue à população com preço mais baixo.

Os blocos econômicos são formados por países de uma determinada região geográfica e normalmente eles são formados depois de longas tentativas de integração no decorrer dos anos, como por exemplo, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) que engloba quatro países do cone sul Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai.

Com o Mercosul isso não foi diferente sua história de tentativas de integração começa em 1830 com o general venezuelano Simón Bolívar, e se estende por todo o século XX começando com Tratado A B C, e outros tratados de tentativas de integração até que chega em 1991, mais exatamente dia 26 de março de 1991 com a assinatura do tratado de Assunção no Paraguai, como mostraremos no capítulo seguinte.

3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MERCOSUL

As tentativas de fazer da América Latina um bloco econômico vem acontecendo por diversas vezes ao longo de sua história. Essa evolução começou em 1830 com o general venezuelano Simón Bolívar cujo sonho era resgatar a unidade latina americano. Como cita Klunzler (2001). Bolívar afirmava “É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o novo mundo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com um todo. Já que tem uma origem, uma língua, os mesmos costumes e uma região, deveriam, por conseguinte ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que venham a se formar”.

O general Bolívar tinha como precedentes as conquistas alcançadas pelos diversos países latino-americanos como suas independência, lutou bravamente pela realização do primeiro tratado de união latino-americana no congresso de Panamá onde uniriam a Colômbia, Peru, México e países da América Central, mas não teve muito êxito nos seus objetivos de integração para crescer, Klunzler (2001).

Larraña (2002, p.40), afirma que:

As primeiras manifestações integradoras do século XX correspondem ao Tratado ABC de Preferência Tarifárias assinado em 1915 por Argentina, Brasil, Chile.

Depois de 1915 a próxima tentativa de integração foi em 1941 quando brasileiros e argentinos fizeram um ensaio de “União Aduaneira”, Sem resultados efetivos em virtudes de diferenças políticas e diplomáticas que se manifestaram entre os dois países, Kunzler (2001).

A Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas Para América Latino e Caribe), criada em 1948 também defendia a idéia de integração regional, onde sempre esteve envolvida no estudo e na preparação de programas de desenvolvimento. A

Cepal defendia também a condição deliberada do desenvolvimento através da ação estatal.

Segundo Larrañaga (2002 p. 255)

Em 1948 a Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe), que tinha acabado de ser criada, defende a idéia e integração regional, mencionando numa resolução a possibilidade de uma “união aduaneira” na América do Sul.

De 1950 a 1953 tivemos mais uma tentativa frustrada de aproximação política e econômica entre Argentina, Brasil, Chile (“o novo pacto ABC”) que foi ensaiado durante o segundo governo Vargas pelo então líder argentino Juan Perón, pois novamente encontraram oposições de correntes pró-americanista e antiperonista nesses países.

Em 1956 a Cepal volta a defender a constituição de um mercado regional sul-americano, mas novamente termina sem êxito.

Em 1957-58 Larrañaga (2002 p. 255) nos mostra mais uma tentativa:

A diplomacia econômica brasileira começa a considerar a idéia de uma “zona de preferências tarifárias” no Cone Sul envolvendo a Argentina, o Uruguai e o Chile, países com os quais era mais intenso o intercâmbio comercial. Em virtude de disposições do Gatt (art. 24), decide-se passar diretamente ao modelo de “Zona de Livre Comércio” (ZLC).

Em 1958 Criaram um grupo de trabalho, cujas propostas foram à base de um futuro acordo, que em uma conferencia da Cepal de 1959 foi utilizado e então pela primeira vez a expressão “mercado regional”.

Em 1959 acontece o lançamento de mais uma tentativa de integração como nos mostra Larrañaga (2002 p. 255 e 256)

1958-59: Lançamento da “Operação Pan-Americana” (OPA) pelo Brasil, com forte conteúdo econômico, e reaproximação Brasil-Argentina, através do Memorando Horácio Lafer. Inicia-se o processo negociador de integração regional na América do Sul.

Com o estímulo do comércio pela integração e seus pontos favoráveis, chegou-se à fundação de Alalc (Associação Latino Americana de Livre Comercio) em 1960 no tratado de Montevideu. A Alalc tinha por seu objetivo a construção de um comércio regional, a partir da confirmação de uma Zona de Livre Comercio, num prazo de 12 anos de acordo com as regras do GATT. Em 1960 também houve a criação de um mercado comum.

Como nos mostra Larrañaga (2002 p.256)

Em 1960 à criação do Mercado Comum Centro Americano (MCCA), em 13/12, agrupando Costa Rica, Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, para formar uma união aduaneira como passo prévio a um mercado comum.

Após 1960 no decorrer dos outros anos houve-se mais varias tentativas de integração, revisões necessárias aos programas já existentes, até que chegamos em 1980 mais precisamente em 12 de Agosto com a formação da Aladi (Associação Latino Americana de Integração) que por sua via também foi instituída na assinatura de um tratado de Montevideu conhecido como (TM-80),

Como nos mostra Larranãga (2002 p. 258):

Assinatura do Tratado de Montevideu, que institui a “Associação Latino Americana de Integração” (Aladi), no quadro de um amplo processo de reestruturação dos objetivos, compromissos e modalidades da integração econômica da região. Eliminou-se a obrigação da elaboração de listas comuns, abandono-se a fixação dos prazos para o cumprimento das metas integracionistas (zonas de livre comércio e mercado comum) e passou-se a mecanismos mais flexíveis, de caráter bilateral, para a conformação de uma “área de preferências tarifárias”.

Como nos mostrou Larranãga, a cada década que se passava a América Latina evoluía e se aproximava da formação de um Bloco Econômico mais concreto e mais eficiente, pois a partir de 1980 a Aladi incorpora as relações que antes era da Alalc e então cria três objetivos:

O mesmo contexto de Kunzler (2002, p. 92) nos mostra os objetivos da Aladi:

- a) Estabelecer de forma gradual e progressiva um mercado comum latino-americano.
- b) Permitir mediante condições de reciprocidade o comercio intra-regional, pela adoção de tratamentos tarifários e administrativos preferenciais.
- c) Promover ao comercio complementações econômicas, ampliação dos mercados; desenvolvimento equilibrado e harmônico, tratamento favorável aos PMDRs, cooperação com outros países e áreas de integração, estabelecimento de preferências regionais.

Porém, a Aladi teve muitas dificuldades, pois surgiu na década de 80, que então ficou conhecida como a “década perdida”, com os primeiros passos em plena crise do desenvolvimento externo da América Latina que se iniciou com a moratória decretada pelo México em 1982, atitude essa negativa ao processo de integração, Kunzler (2001).

Nesse mesmo contexto Larrañaga (2002 p. 258) nos mostra mais fatos sobre a crise de 80:

De 1982 a 1985 a crise da dívida externa na maior parte dos países latino-americanos e prosseguimento das políticas protecionistas. A “Preferência Tarifária Regional”, instituída em 1984, tem níveis meramente simbólicos, produzindo reduzido efeito comercial. O comércio regional que, a despeito das dificuldades existentes, havia alcançado o nível mais elevado de sua história em 1981 (24 bilhões de dólares), enfrentar forte queda e apenas voltaria a se recuperar em princípios da década de 90.

Com a criação da Aladi em 1980 no tratado (MT-80), define-se uma nova concepção para o processo de integração na região, dando aos Estados membros ampla liberdade de formular suas políticas comerciais, e maior flexibilidade para a aceleração de acordos bilaterais ou entre grupos de países, Machado (2000).

Com tudo isso a Aladi possuía princípios básicos na relação comércio exterior entre os países na área de integração, na medida de evolução para seu objetivo final, teve em conta os seguintes princípios, apresentados por Kunzler (2002 p 92):

- a) Pluralismo, sustentado na vontade dos países membros de viabilizarem o processo integracionista, apesar das divergências políticas e econômicas.
- b) Convergência progressiva de ações parciais para a formação do mercado comum dos países membros.
- c) Flexibilidade e tratamento diferencial, com base no nível de desenvolvimento dos países membros.
- d) Tratamento diferenciado entre as três categorias de países membros, levando em conta suas características econômico-estruturais.
- e) Multiplicidade nas formas de concretização de instrumentos comerciais. A Aladi tem sede permanente em Montevideu e é o centro articulador dos rigorosos acordos sub-regionais, plurilaterais e bilaterais que surgem em forma crescente,

Nesse contexto de evolução Larrañaga (2002) nos mostra que em 1985 os presidentes da Argentina (Alfonsín) e do Brasil (Sarney) expressam suas “firmes vontades de acelerar o processo de integração bilateral” a partir da “Declaração de Iguazu”, com isso criam uma Comissão Mista de Alto Nível, presidida então pelos ministros de Relações Exteriores dos dois países. “Já em 1986 criam a Ata para a Integração Brasil-Argentina, estabelecendo segundo modalidades baseadas na complementação industrial, o programa de integração e cooperação econômica de caráter gradual, flexível e equilibrado”, prevendo tratamentos preferenciais frente a terceiros.

Após isso tivemos mais evoluções e iniciativas que nos levaram até 1991 com o surgimento do Mercosul.

3.1 O SURGIMENTO DO MERCOSUL

O Surgimento do Mercosul segundo Kunzler (2002), se deu quando Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, assinaram um tratado para a criação de um mercado comum entre os quatros, em 26 de março de 1991 na capital do Paraguai e determinou-se “Tratado de Assunção”. Esse tratado constituía o mercado comum do sul entre os quatros países membros e adotava os mecanismos de caráter intergovernamental já fixados por Brasil e Argentina.

Como nos mostra Larrañaga (2002 p. 260)

“Tratado de Assunção” (26/03/91), “para a constituição de um mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai”. (Entrou em vigor em 21/11: ACE-18 na Aladi). Ele definia um período de transição até 31/12/94 e adotava os mecanismos de caráter intergovernamental já fixados entre Brasil e Argentina, ou seja:

- Liberalização comercial de todo o universo alfandegário, regime geral de origem, de solução de controvérsias e cláusulas de salva guarda.
- O Órgão Supremo é o Conselho, de natureza intergovernamental.

- Onze subgrupos de trabalho, sob a coordenação do Grupo Mercado Comum (GMC), Órgão Executivo do novo espaço econômico regional.
- Comissão Parlamentar Conjunta, com representantes designados por cada parlamento nacional.

Kunzler (2002, p 99 e 100), apresenta como era a estrutura inicial do Mercosul:

O Mercosul tinha uma estrutura inicial composta por um corpo normativo e cinco anexos. O corpo normativo estava dividido em:

- Propósitos, Princípios e Instrumentos;
- Estrutura Orgânica;
- Vigência;
- Adesão;
- Denúncia;
- Disposições Gerais;

E os anexos tratam, em ordem, das seguintes matérias:

- Programa de Liberalização Comercial
- Regime Geral de Origem
- Solução de Controvérsias
- Cláusula de Salvaguarda
- Subgrupos de Trabalhos do Grupo Mercado Comum.

O tratado de Assunção possui como objetivo a criação de um mercado comum entre os signatários, e tem como característica, estabelecer as condições para o surgimento de um projeto de integração, definindo claramente, o seu objetivo quanto à criação de um mercado comum, que é o que o diferencia dos anteriores.

Como nos mostra Kunzler (2002 p.100):

O objetivo do Tratado de Assunção é a criação de um mercado comum entre os signatários, estabelecendo como prazo para sua constituição o

dia 31 de dezembro de 1994, conforme reza o seu artigo primeiro. Teve a qualificação de “Tratado”, uma vez que por si só não constituiu o Mercado Comum do Sul, mas estabelece uma série de princípios, objetivos e mecanismos básicos para a concretização da integração desejada, tais como:

- Livre circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os Estados-membros, através, por exemplo, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições nas tarifárias à circulação de mercadorias, além de outras medidas de efeitos semelhante.
- Estabelecimento de uma tarifa externa comum e adoção de política comercial comum em relação a terceiros países; e coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, entre os estados membros, na área de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transporte e comunicação e outros que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência.
- Comprometimento dos Estados-membros em harmonizarem suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.
- Reciprocidades de direitos e obrigações entre os Estados-membros.
- Condições eqüitativas de comércio com terceiros países, através de normas comuns sobre a concorrência comercial.
- Igualdade de tratamento de impostos, taxas e outros gravames internos, para produtos originários de outros Estados-membros.

Esse tratado de Assunção tem características que o diferenciam dos anteriores como nos mostra Kunzler (2002 p. 101 e 102):

Esse tratado estabelece as condições para o surgimento de um projeto de integração, definindo, claramente, o seu objetivo á criação de um mercado comum. A proposta reforça a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, e relaciona os meios a serem utilizados: eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias; o estabelecimento de uma tarifa externa comum; a adoção de uma política comercial comum em relação aos outros países; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; harmonização das legislações internas. Tem caráter fundacional, sendo, portanto constitutivo do Mercosul.

Kunzler (2002 p. 102) ainda nos mostra que além das diferenças constantes no artigo primeiro do Tratado, são apontadas outras:

- A proposta de integração do Mercosul supera os aspectos puramente econômicos, na medida em que a interação dos países, decorrente da unificação do mercado, inevitavelmente avança sobre outros segmentos

das realidades das nações, tais como o meio-ambiente, a educação e a saúde.

- As mesmas características que diferenciam as normas comunitárias – preeminência e aplicação direta – determinam resignação dos poderes soberanos de cada Estado o que, em definitivo, significa levar a integração ao âmbito político.

- O Mercosul foi gerado no âmbito da Aladi, outros países dessa associação podem aderir através de negociação e por decisão unânime dos membros integrantes do Tratado de Assunção.

Ainda segundo Kunzler (2002), os protocolos assinados no âmbito do Mercosul foram se integrando ao Tratado de Assunção, combinando, em maior ou menor medida, para configurar o sistema comunitário. Desses protocolos os mais importantes são Protocolo de Brasília firmado em (12/1991), onde ele substituiu o sistema de Solução de controvérsias (anexo III do Tratado de Assunção), previsto para entrar em vigor depois da entrada em vigência, e o outro é o Protocolo de Ouro Preto (POP) firmado em Dezembro de 1994, onde ele não apenas revoga normas do Tratado de Assunção que esteja em desacordo com ele, mas também abrange modificações produzidas no período de transição, e essas modificações são feitas através da decisão do conselho, legitimando-as, mesmo com a alteração do texto do trabalho.

O Protocolo de Brasília teve seu sistema concebido como transitório, mas sua subsistência estabelecida pelo art. 34 do Protocolo de Brasília mostrava que sua permanência era até entrasse em vigor o Sistema Permanente.

O Protocolo de Brasília era composto por algumas características como nos mostra Kunzler (2002 p. 103)

Uma das características do protocolo de Brasília, no sistema de solução de controvérsias, não se limita às negociações bilaterais, mas que possuem intervenções os órgãos institucionais do Mercosul e, se as dificuldades não forem superadas, abre-se instancia arbitral. Também prevê, mesmo de forma restrita, que os particulares possam ter acesso ao sistemas, quando o anexo III do Tratado de Assunção previa a participação somente dos Estados-parte.

Outra característica do Protocolo de Brasília é a possibilidade de adoção de medidas cautelares para evitar danos irreparáveis.

O Protocolo de Ouro de Preto (POP) previa uma reunião extraordinária para estabelecer a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração, e tinha suas atribuições e sistemas de adoção das decisões, onde se firmaram as idéias de avançar na constituição do Mercado Comum, sendo a base para chegar a esse mercado comum.

Kunzler (2002 p. 104) nos mostra as principais atribuição do POP.

A principal atribuição do POP é conceder personalidade jurídica ao Mercosul, toda vez que esse como bloco econômico, tenha que se relacionar com grupos de países e órgãos internacionais multilaterais. Ele completa a estrutura organizacional. Ao Conselho Mercado Comum e Grupo Mercado Comum que abrange a secretaria administrativa, incorpora a Comissão de Comércio, a Comissão Parlamentar Conjunta e o Fórum Consultivo Econômico-social. A Secretaria Administrativa é instituída como órgão de apoio operacional do Mercosul.

Outros protocolos operacionais que surgiram no decorrer da implementação do Mercosul tais como: Protocolo de Cooperação e Assistência Jurídica em Matéria Civil, comercial, Trabalhista e administrativa, Protocolo de Colônia para a Promoção e proteção Recíproca dos Investimentos, Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual, Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Médio Não Técnico, Protocolo sobre Promoção e Proteção dos Investimentos Provenientes dos Estados-Não-Partes do Mercosul, Código Aduaneiro, Protocolo de Medidas Cautelares, Protocolo de Integração Educacional sobre Reconhecimento de Títulos para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países do Mercosul, Protocolo de Integração Educacional e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico, Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedades Intelectual no Mercosul em Matéria de Marca, Indicações de Procedências e Denominação de Origem.

A partir então de todos esses acordos e protocolos o Mercosul começa a engrenar e para sua colocação no mercado foram previstas algumas ações estratégicas para os Estados-partes.

Na segunda edição de sua obra “Mercosul e o Comércio Exterior” Kunzler nos explicita algumas destas ações como o *Programa de Liberação Comercial*, onde é dito que “De acordo com esse cronograma de desgravação tarifárias, a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai concederam entre si, a cada período de seis meses, uma preferência tarifária maior. Essa preferência tarifária progressiva ocorreu até ser alcançada à tarifa zero, em 31 de dezembro de 1994. Entretanto, estão excluídos do cronograma de degradação os produtos compreendidos nas Listas de Exceção apresentadas por cada um dos países integrantes. Essas listas obedeceram a um cronograma de redução”, entre as ações também são citadas o *Regime de Origem*, defendendo que “Para que os benefícios da diminuição tarifárias concedidos entre os países-membros sejam aplicados aos produtos neles fabricados e não aos produtos com origem em países terceiros para serem reexportados na região, é necessário estabelecer um regime de origem enquanto os países-membros mantiverem a lista de exceção TEC. As regras de origem, claras e previsíveis, facilitam o fluxo do comércio inter-zonal. O conselho elaborou a Dec. 6/94 que aprova o Regime de Origem do Mercosul. É completado pela Dec. 23/94, que estabeleceu que o mesmo será aplicado nos produtos – exceto os da TEC – nos casos contemplados, sem prejuízos do observado na Dec. 7/94 com relação ao Paraguai e o Uruguai”, como também a *União Aduaneira e Fiscal*, onde defende que “Com a União Aduaneira, entende-se a administração e a divisão dos benefícios como grau de integração fiscal no processo de integração, embasado em critérios estabelecidos entre os integrantes. Implica na eliminação das tarifas nacionais, das restrições não tarifárias na constituição de um único território aduaneiro entre os países-membros e a adoção de uma tarifa externa comum para ser aplicada no comércio extra-regional no processo de integração”, a *Tarifa Externa Comum (TEC)*, definindo-o como um ponto que “Constitui”. um elemento central na consolidação da união aduaneira, tendo em vista que possibilita a livre circulação de mercadorias. É o valor percentual – de zero a 20% - que cada mercadoria paga ao ingressar no Mercosul, por qualquer um dos países-membros. A adoção da TEC comprova seu compromisso com os princípios e objetivos da

consecução de um Mercado Comum. “É assim que a Dec. 13/93 aprova o documento “Consolidação de União Aduaneira e Transito no Mercado Comum”, que apresenta como ponto central a definição da TEC”, a *Liberdade de Circulação*, onde é dito basicamente que o Tratado de Assunção em seu art. 1º a constituição do Mercosul estabelece a “livre circulação de bens, serviços, e fatores produtivos” exemplo: Mercadorias, Pessoas, Pessoas e Capitais.

Também valem ser citadas as ações de *Coordenação de Políticas Setoriais*, que diz que “O livre mercado pode revelar o nível de interdependência e crescimento econômico do Mercosul. Porém será insuficiente para diagnosticar a dimensão de novas potenciais setoriais e os obstáculos da atividade privada. São necessárias políticas comunitárias orientadas para remover os obstáculos existentes e desenvolver setores potenciais mesmo que para isso o Estado faça investimentos em infra-estruturas”, de *Agricultura e Pecuária*, onde “As normas específicas estão orientadas de acordo com as disposições próprias de questões setoriais. As normas comunitárias referidas à criação de organismos especializados e técnicos em matérias agropecuária centralizam-se nos aspectos de políticas sanitárias: Comissão de Produtos Veterinários (Res. 29/93), de sanidade animal, de sanidade vegetal e de sementes (Res. 54/93) e setorial (Acordo Setorial do Arroz – Res. 47/92)”, de *Meio Ambiente e Saúde*, onde é dito que “Várias foram às relações tratando da matéria. A de nº9/91 trata dos requisitos de segurança, ruídos e poluição causadas pelos veículos. A Resolução 22/92 dispõe sobre a criação de Reunião Especializada no Meio Ambiente. Pela Resolução 53/93, adota-se o ‘Código de Conduta para introdução e liberalização ao Meio Ambiente de Agentes de Controle Biológico’, proposto pela FAO. As ‘Diretrizes de Políticas Energéticas no Mercosul’, que dispõem sobre a harmonização da legislação ambiental e o estabelecimento de estruturas organizacionais que permitam resultados sobre o meio ambiente, resultado da produção, transporte, armazenagem e uso de recursos energéticos, e que incorporam os custos ambientais aos custos de energia, foram aprovadas pela resolução 57/93. Já a Resolução 10/94 trata das diretrizes Básicas sobre a política Ambiental”, a de *Intercâmbio Científico, Tecnológico e Cultural*,” ‘Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico tecnológico...’, como reza o Tratado de Assunção criou-se a Reunião Especializada de Ciências e Tecnológicas, pelas Resoluções 24/92 e 20/95, cujos

anteriores são encontrados em acordos bilaterais entre os países-membros”, o *Intercâmbio Jurisdicional, de Justiça e Política*, sendo dito que “A Dec. 5/92 aprovou o protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa. Já a Dec. 27/94 aprovou o protocolo de Medidas Cautelares. O primeiro prevê a igualdade de tratamento processual, a cooperação em atividades de simples trâmite e probatórias, o reconhecimento e execução de sentenças e laudos arbitrais, a mesma força probatória para os instrumentos públicos e privados, e a informação de direitos estrangeiros. O outro tem por objetivo regulamentar o cumprimento de medidas cautelares destinadas a impedir a irreparabilidade de um prejuízo com relação a pessoas, bens ou obrigações”, e por fim a *Expansão Sul Americana*, onde “A conformação progressiva da Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA) é uma estratégia de ação fundamental para consolidar o fortalecimento do Bloco Mercosul diante da concorrência internacional.”.

Com isso tudo podemos entender a importância da formação e consolidação de um bloco econômico para os países de sua região abrangente como, por exemplo, o Mercosul e seus países membros Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No próximo capítulo abordaremos algumas variáveis econômicas para que assim consigamos mostrar com números as vantagens da formação de um bloco econômico.

4. MERCOSUL, SUAS EVOLUÇÕES E CRISE

O Mercosul começa a sua história a partir de 26/03/1991 com o Tratado de Assunção, tendo como foco principal o objetivo de criar um mercado comum, com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos para que com isso chegassem ao seu objetivo maior que era a adoção de uma política externa comum, a coordenação de posições conjuntas em foros internacionais à formulação conjuntas de políticas macroeconômicas e setoriais, e, por fim, a harmonização das legislações nacionais, com vistas a uma maior integração.

O Mercosul surge então como uma nova possibilidade dos países latino-americanos de se inserirem no mercado internacional, tornando-os mais participativos.

O Mercosul resulta de um novo modelo de desenvolvimento adotado pelos países que o integram, o qual se caracteriza pelo incentivo à abertura econômica e a aceleração dos processos de integração regional. Mediante a abertura de mercados e o estímulo, a complementaridade entre as economias, os quatro países visam a obter uma inserção mais competitiva na economia internacional. Acessado em 25/04/2011 www.univap.br/biblioteca/hp/Mono%202001%20Rev/010.pdf.

Para que o desenvolvimento do Mercosul tivesse mais agilidade foram criados então dois órgãos: Conselho de Mercado Comum (CMC), e o Grupo de Mercado Comum (GMC), sendo o primeiro responsável pela condução política e as tomadas de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos, tendo como membros os Ministros de Relações Exteriores de cada Estado Parte, e o segundo órgão é coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores e tem como função velar pelo cumprimento do tratado e as responsabilidades pelo cumprimento das decisões tomadas pelo conselho.

Com a sua contínua evolução foram criados então mais quatro órgãos que teriam como foco principal, o objetivo de fazer com que o Mercosul continuasse a evoluir, o primeiro desses quatro foi a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), que tem

como função a aplicação dos instrumentos de políticas comerciais que fossem acordados entre os países.

O segundo é a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), que tem como função acelerados procedimentos internos em relação às normas emanadas dos órgãos do Mercosul. O terceiro é o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), onde tem a representação dos setores econômicos e é integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte. E o quarto é a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM), é um órgão de apoio operacional, tem como função a responsabilidade de prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul, sua sede permanente fica em Montevideú.

Com isso então para que a evolução do Mercosul não parasse os Estados partes criaram estes seis órgãos acima, que entraram em vigor a partir de 17 de dezembro de 1994, quando foi assinado o Protocolo de Ouro Preto (POP), que estabeleceu a estrutura institucional do Mercosul de onde estes seis órgãos fazem parte.

Com os objetivos bem definidos e o empenho dos Estados Parte para obtê-los, o Mercosul obteve um crescimento marcante do fluxo do comércio intra-regional que saltou de US\$ 4,1 bilhões em 1990 para US\$ 20,3 bilhões em 1997, outro fato marcante desse crescimento foi o estilo de relacionamento desenvolvido pelos Estados Partes que constituiu uma novidade histórica, a negociação de cláusulas que garante um comprometimento com a manutenção dos regimes democráticos pelos quatro países em um curto espaço de tempo – dez anos – desde a primeira negociação de integração de Brasil e Argentina em 1985, até o estabelecimento da união aduaneira em 1995.

Essa evolução nos mostra mais um fato marcante para a população da região do cone sul, onde no ano de 2000 Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, formaram o terceiro maior bloco comercial do mundo com um PIB de aproximadamente US\$ 900 bilhões e com um mercado consumidor com cerca de 200 milhões de pessoas, em 2005 o Mercosul novamente nos mostra o porquê de tantos esforços e tentativas dos países membros para a formação de um bloco econômico, pois em cinco anos o PIB do Mercosul teve um aumento de quase US\$ 20 bilhões por ano, chegando a 2005 em US\$ 990 bilhões.

Esse aumento significativo do PIB do Mercosul no decorrer desses anos tem como ser explicado, pois Kunzler (2002, p. 147), afirma que: “O rendimento da política americana e europeia, a partir dos anos 90, tem um endereço certo: o mercado consumidor da América Latina. Esses e outros mercados são vitais para a manutenção do modelo industrial vigentes. Entretanto, no futuro a indústria seguirá a trilha da agricultura, podendo a América do Sul ser um grande celeiro mundial”, ou seja, Kunzler já previa o crescimento acentuado que o Mercosul teve, com um grau de diversidade do comércio internacional do Mercosul, em especial o Brasil, proporcionando grandes vantagens de ser um global trade, negociando de forma equilibrada com todos os continentes, e por isso que então o Mercosul chegou a ser considerado o terceiro maior bloco econômico do mundo.

É certo que a implementação do Mercosul beneficiou-se enormemente da conjunção de fatores de natureza política e econômica como, por exemplo, o estabelecimento de governos democráticos na Argentina e Brasil a partir de meados da década de 80, e a implementação de reformas econômicas de inspiração liberal que proporcionaram a maior abertura dos mercados nacionais.

Portanto, para que possamos visualizar melhor esse crescimento do Mercosul, temos que acompanhar os principais dados econômicos de cada país membro do Mercosul.

Dados da Argentina

Argentina, nome oficial República da Argentina, capital Buenos Aires, moeda Peso argentino, tem uma população estimada em 39745613, com uma área territorial de 2780400 Km².

Indicadores Econômicos. Argentina

Indicadores Econômicos	Períodos						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB Nominal (US\$ bilhões)	153,1	183,2	214,3	523,7	572,8	308,7	370,3
Crescimento Real do PIB (%)	9%	9,20%	8,50%	8,70%	7%	0,90%	7,80%
Taxa de inflação (Preço ao consumidor)	14,20%	5,10%	6,80%	12,50%	8,10%	10,20%	2,60%

Quadro 1: Indicadores econômicos – Argentina – 2004 a 2010

Fonte: Modificada de www.brasilglobalnet.gov.br.

A Argentina apresentou, de acordo com os dados apresentados na Quadro 1, aproximadamente uma média de crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto) de 7,3%, a taxa de inflação (Preços ao Consumidor) apresentou uma média anual de 8,5% entre os anos de 2004 a 2010.

Dados do Brasil

Nome oficial República Federativa do Brasil, capital Brasília, moeda Real, tem uma população estimada em 190 milhões de habitantes, com um território de 8.514.876,599 Km².

Indicadores Econômicos Brasil

Indicadores Econômicos	Períodos						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB Nominal (US\$ bilhões)	663,6	882	1067,4	1310,2	2900	3143	3675
Crescimento Real do PIB (%)	5,70%	2,90%	3,70%	5,20%	5,10%	(-) 0,2%	7,50%
Taxa de inflação (Preço ao consumidor)	14,70%	7,60%	6,90%	3,00%	3,60%	5,70%	4,90%

Quadro 2: Indicadores Econômicos – Brasil – 2004 a 2010

Fonte: Modificada de www.brasilglobalnet.gov.br

O Brasil apresentou de acordo com os dados apresentados na Quadro 2, aproximadamente uma média de crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto) de 4,27%, a taxa de inflação (Preços ao Consumidor) apresenta uma média anual de 6,63% entre os anos de 2004 a 2010.

Na seqüência vêm os indicadores econômicos do Paraguai

Nome oficial República do Paraguai, capital Assunção, moeda Guarani, tem uma população estimada em 6100, 000, e um território de 406.752 Km².

Dados do Paraguai

Indicadores Econômicos	Períodos						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB Nominal (US\$ bilhões)	6,9	7,5	9,3	11,6	15,4	16,22	17,17
Crescimento Real do PIB (%)	4,10%	2,90%	4,37%	6,80%	5,80%	6,60%	5,30%
Taxa de inflação (Preço ao consumidor)	14,20%	5,10%	6,80%	12,50%	8,10%	10,20%	2,60%

Quadro 3: Indicadores Econômicos – Paraguai -2004 a 2010

Fonte: Modificada de www.brasilglobalnet.gov.br.

O Paraguai apresentou de acordo com os dados da Quadro 3, aproximadamente uma média de crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto) de 5,12%, enquanto sua taxa de inflação (Preços ao consumidor) apresenta uma média anual de 8,5% entre os anos de 2004 a 2010.

Dados do Uruguai.

Nome oficial República Oriental do Uruguai, capital Montevidéu, moeda Peso, tem uma população estimada em 3.494.382 Km².

Indicadores Econômicos do Uruguai

Indicadores Econômicos	Períodos						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB Nominal (US\$ bilhões)	13,2	16,6	19,3	24	31,2	31,5	40,71
Crescimento Real do PIB (%)	11,80%	6,60%	7,00%	7,50%	8,50%	2,90%	5,70%
Taxa de inflação (Preço ao consumidor)	13,40%	7,10%	4,70%	6,50%	8,10%	7,90%	7,10%

Quadro 4: Indicadores Econômicos – Uruguai – 2004 a 2010

Fonte: Modificada de www.brasilglobalnet.gov.br.

O Uruguai apresentou de acordo com os dados da Quadro 4, aproximadamente uma média de crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto) de 7,14%, enquanto sua taxa de inflação (Preços ao Consumidor) apresentou uma média anual de 7,83% entre os anos de 2004 a 2010.

Todavia, os resultados obtidos até o momento não devem conduzir a falsas impressões de que a tarefa de integração esta completa, pois não está, ainda há um longo caminho a se percorrer. O Mercosul demonstra que ainda existe uma necessidade da implementação de uma união aduaneira plena, para acabar com alguns obstáculos que atrapalham o fluxo do comércio intra-regional, como por exemplo, a imperfeição da Tarifa Externa Comum (TEC), o baixo grau de harmonização dos instrumentos de políticas comerciais e a fragilidade institucional,

onde todas juntas são a causa de um processo de integração incompleto e vulnerável as crises monetárias como a da Ásia em meados de 1997 que afetou a economia mundial, e a crise cambial brasileira em 1999 que afetou diretamente o Mercosul.

Desde a grande desvalorização do Real decorrente da crise cambial brasileira a imprensa americana produziu previsões terríveis sobre o futuro do Mercosul, entretanto essas análises alarmistas ignoraram vários fatores importantes que na verdade solidificaram o Mercosul, mas não do modo que os exportadores americanos desejavam.

Um dos fatores que mais se levaram em conta era de que o Mercosul estaria à beira de um colapso, por fatores políticos, no qual a Argentina com suas medidas protecionistas impedira a entrada de produtos baratos brasileiros, ação no qual é contrária as fases de integração, pois todas as fases pregam o livre comércio de mercadorias entre os países membros, ação essa que perdura até os dias de hoje.

Um dos argumentos alarmistas é de que o Mercosul estaria à beira de um colapso devido à posição protecionista da Argentina, a qual pretendia impor barreiras alfandegárias para impedir uma eventual invasão de produtos baratos brasileiros naquele país.

O'Keefe, Thomas A. e Neto Lauro Locks. Disponível em <http://mercosulting.net/mmix/index.php/2009/05/10/a-crise-que-solidifica-o-mercosul?blog=13>. Acessado em 01/06/2011.

Outro fator que os críticos americanos ignoraram são as ameaças alfandegárias reclamadas pela Argentina de forma eloqüente, onde na verdade, o objetivo era forçar concessões brasileiras para áreas de interesse de produtores argentinos. Ao que parece as ameaças argentinas surtiram efeitos contra o Brasil, pois Brasília eliminou alguns dos subsídios a exportadores brasileiros.

Além disso, os argentinos tiveram que enfrentar a significativa desvalorização da moeda brasileira em relação ao Peso argentino que estava vinculado ao Dólar desde 1991. Com essa desvalorização do Real as mercadorias brasileiras passam a ser mais baratas e por isso as exportações brasileiras para Argentina tiveram uma

alta significativa, fazendo que o governo argentino bloqueasse a entrada de muitos produtos brasileiros em seu país, para que assim conseguisse equilibrar a economia interna. Estes cenários ocorreram também entre os anos de 1992 a 1994, apesar de a Argentina possuir um déficit comercial com o Brasil durante esses anos, onde na verdade, o montante total exportado para o Brasil teve um aumento em média de 31% ao ano.

A última crise econômica brasileira indicou que há necessidades de uma maior coordenação entre os países membros do Mercosul. A desvalorização do Real reforçou a ideia de institucionalizar um mecanismo econômico para os países do Mercosul, no qual passaram a avaliar os desenvolvimentos macroeconômicos uns dos outros.

Uma das características mais cruciais sobre o Mercosul, que é ignorada, por muitas dimensão política na qual provocou o fim de séculos de desconfianças e hostilidades entre o Brasil e seus vizinhos de língua espanhola, essa reconciliação gerou aos governos uma grande economia nos setores militares onde essas verbas foram investidas em melhorias sociais, por exemplo, o sistema educacional, saúde, transportes.

Uma das evoluções mais acentuadas pelo Mercosul foram as influências sobre seus Estados membros em fóruns internacionais e nas negociações comerciais multilaterais. Contudo essas mudanças são apenas de curto prazo, não alterando assim as perspectivas projetadas em longo prazo para a região, como por exemplo, um significativo aumento de eficiência e de elevada expansão do mercado comum.

Ao julgarmos pelos noticiários, o Mercosul estaria atravessando por uma profunda crise, com os crescentes conflitos entre Argentina e Brasil. Mas a agonia seria da concepção liberal de integração que predominou na América Latina na última década do século passado.

Essa crise profunda talvez seja terminal por motivo desses conflitos entre argentinos e brasileiros, quando se trata de comércio internacional, onde os especuladores taxam o presidente da Argentina como errático e temperamental e o presidente do Brasil como não ativo, ou melhor, como “mole” que não dá para os argentinos respostas a altura.

Ao julgar pelos noticiários, o Mercosul esta atravessando por uma crise profunda, talvez terminal, em razão dos conflitos crescentes entre Argentina e Brasil. Não passa uma semana sem que apareçam na imprensa brasileira, com grande destaque novas desavenças e tropeços na relação com a Argentina. Kirchner é apresentado como errático e temperamental, Lula, como um frouxo que não da aos argentinos a respostas a “altura”.

Batista Jr. Paulo Nogueira, disponível em www.voltareinet.org/Mercosul-cri-se-terminal. Acessado em 01/06/2011.

Contudo isso se formou um grupo muito barulhento, que do qual fazem parte alguns Ministros de Estados, que solicitam um maior rigor contra os países em desenvolvimento, no entanto em um caso de histórica rivalidade que nem é a de Brasil e Argentina, sabemos que o entendimento não é fácil e que os políticos adoram usar esses fatos, ou seja, atritos com estrangeiros, para ganharem os eleitores nacionais, estratégia política essa bem usada por Kirchner em relação ao Brasil, onde se mostrou fraco, pois parecia que firmeza não era uma das principais virtudes do presidente Lula.

Batista Jr., nos mostra que a crise do Mercosul deve ser analisada mais profundamente, para que não tiremos conclusões influenciadas pela mídia.

Seja como for, tem cabimento falarmos de “crise”, “colapso”, “agonia” do Mercosul e da relação Brasil - Argentina? Não se deve perder de vista que nos dois países, há setores poderosos, bem representados na mídia e no governo, que tem interesses em passar essa versão para a opinião pública. Quem se limita a assistir televisão e ler apenas manchetes de jornais podem ser induzidos à conclusões de que o Mercosul esta nas ultimas. “Ojo”, como dizem os argentinos.

Batista Jr. Paulo Nogueira, disponível em www.voltareinet.org/Mercosul-cri-se-terminal. Acessado em 01/06/2011.

Começamos a entendermos então que tudo não passa de jogos políticos, pois é estranhamente curioso qualquer sinal de “agonia”, ou “colapso” se as variáveis econômicas do Mercosul apontam um comércio exterior muito forte, por exemplo, nos quatro primeiros meses de 2005 a exportação brasileira atingiu um aumento de 41% em valor e foram para US\$ 2,8 bilhões, e a participação argentina no total das

exportações cresceu para 8,3% nesse período, em comparação com os 7,7% nos primeiros quatro meses de 2004.

Em relação as nossas importações da Argentina também teve um aumento, embora em ritmo menor, nos quatro primeiros meses de 2005, houve um crescimento do valor para 16%, em relação ao mesmo período de 2004.

Podemos nos perguntar. Se a Argentina depois dos Estados Unidos é o segundo maior mercado individual para o Brasil, e o Brasil assim é para a Argentina, que crise é essa? Senão um jogo político para ganhar votos entre os eleitores mais vulneráveis as informações.

Pois para a Argentina é difícil ver as exportações brasileiras aos poucos tomando conta de seus mercados, e cabe então ao Brasil ter paciência e diplomaticamente ir levando essas situações, pois não adiantaria nada ministros, empresários, jornalistas brasileiros querem pressionar a Argentina em relação ao compromisso de livre comércio negociados em tempos de Carlos Manem (ex, presidente da Argentina), Fernando Collor de Melo (ex, presidente do Brasil), Fernando Henrique Cardoso (ex, presidente do Brasil). Sendo que muitos dos argumentos da Argentina são válidos para o Brasil quando tem de defender suas negociações com países mais desenvolvidos.

Portanto conseguimos entender que o Mercosul não esta “agonizando”, nem em “colapso”, muito menos em “fase termina”, pois essas problemáticas estas na concepção liberal de integração, que predominou na América Latina na década de 90 e que não nos levara a parte alguma, mas que é muito útil para os jogos de interesse político para conseguirem enganar cidadãos mais leigos do assunto Mercosul.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos mostrar a formação dos blocos econômicos e a evolução da economia internacional contemporânea, mais especificamente a criação, o surgimento desses blocos econômicos regionais.

Os países que fazem parte desses blocos são nações independentes e que procuram integrar-se por meios de tratados internacionais, sejam eles bilaterais ou multilaterais, para que assim então fiquem mais protegidos na hora de negociar suas mercadorias e também não fiquem em desvantagens em relação aos países já integrados. O único bloco econômico a atingir, ou melhor, a concluir todas as etapas de integração é a União Européia, e que o Mercosul apesar de ser reconhecidos como um dos mais importantes entre os blocos econômicos ainda esta patinando e se encontra ainda na segunda fase a união aduaneira.

Passamos a acreditar que a integração contribuía para gerar ganhos do comércio e conseqüentemente o bem-estar da sociedade desses países. Hoje com a globalização é muito mais vantajoso fazer parte de um bloco econômico do que tentar fazer negociações sozinho. Pois isenções de tarifas fazem com que o produto chegue à população com preço mais baixo gerando então vantagens para os moradores dessa região geográfica. Os blocos econômicos são formados por países de uma determinada região geográfica e normalmente eles são formados depois de longas tentativas de integração no decorrer dos anos, como por exemplo, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) que engloba quatro países do cone sul Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai.

O Mercosul teve seu princípio historio em 1830 com o general boliviano Simon Bolívar que tinha como sonho resgatar a unidade latina americano.

Após essa tentativa o Mercosul teve outras tentativas como o primeiro tratado ABC em 1915, depois em 1950 novamente tentamos outro tratado ABC, evoluímos então

para a CEPAL, ALALC, ALADI, até chegarmos em 26 de março de 1991 com o surgimento do Mercosul.

A partir daí então o Mercosul teve significativos avanços gerando, assim, inúmeros benefícios para seus países membros como nos mostra as tabelas do capítulo três, mas o Mercosul também enfrentou crises como a da desvalorização da moeda brasileira em 1999, só que com tudo isso o Mercosul mostrou dados e números de crescimento econômico em todos os seus Estados Partes.

Alguns políticos tentam até hoje estragar a imagem do Mercosul dizendo que o mesmo está “agonizando”, ou “em fase terminal”, onde na verdade isso não passa de jogos políticos para ganharem votos de seus eleitores mais leigos sobre o assunto em seus respectivos países.

REFERÊNCIAS

- BATISTA JR. Paulo Nogueira. **Mercosul Crise Terminal**. Disponível em www.voltareinet.org/Mercosul-crise-terminal. Acessado em 01/06/2011
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de. **Economia Internacional** / Maria Auxiliadora de Carvalho, César Roberto Leite da Silva, São Paulo: Saraiva, 2000.
- Disponível em www.brasilglobalnet.gov.br. Acessado em 02/06/2011
- GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **ALCA: A Área de Livre Comércio das Américas**, São Paulo: Aduaneiras, 1999.
- Kunzler, J. P. **Mercosul e o Comércio Exterior**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- Larrañaga, Felix Alfredo. **Desenvolvimento Econômico no Cone Sul: o sistema logístico sub-regional**, São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- Machado, João Bosco M. **Mercosul: Processo de Integração**, origem, evolução e crise, São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- MARIANO, Marcelo Passini. **A Estrutura Institucional do Mercosul**, São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- O'Keefe, Thomas A. e Neto Lauro Locks. **A crise que solidifica o Mercosul** Disponível em <http://mercosulting.net/mmix/index.php/2009/05/10/a-crise-que-solidifica-o-mercosul?blog=13>. Acessado em 01/06/2011.
- Rocha, Maria da Conceição Ramos. **Mercosul: Alcances da União Aduaneira no Ordenamento Jurídico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Lúmen Jú